



# Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km<sup>2</sup> - Altitude 612 metros  
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740

Ofício Nº. \_\_\_\_/2025

Assunto: Encaminhamento(faz)

Data: 02 de outubro de 2025.

No exercício de minhas atribuições legais e regimentais como Vereador com assento nesta Casa Legislativa, valho-me do presente para encaminhar-lhe em anexo, Projeto de Lei que ***"Institui no Calendário Oficial do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais a Festa das Crianças no Bairro Engenho da Serra, a ser realizada anualmente na 3ª. semana do mês de outubro e dá outras providências."***

Sem mais para o momento e diante do elevado espírito público que norteia as ações de V.Exa e demais membros do Poder Legislativo local, requeiro o recebimento, análises e ao final, que se termine com a sua aprovação, pelas justificativas que também seguem anexadas.

Renovo meus protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente

  
**Vereador Kelson Santos**  
**Autor do Projeto de Lei**

Exma. Sra.

**Vereadora Rose Mary Miranda Dornelas Catta Preta**  
**M.D. Presidente do Poder Legislativo**  
**MANHUAÇU/MG**

Câmara Municipal de Manhuaçu



**PROTOCOLO GERAL 731/2025**  
**Data: 16/10/2025 - Horário: 16:18**  
**Legislativo - PL 96/2025**



# Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros  
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740

**PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_/2025**  
**De: 02 de outubro de 2025**  
**Autor: Vereador Kelson Santos**

***"Institui no Calendário Oficial do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais a Festa das Crianças no Bairro Engenho da Serra, a ser realizada anualmente na 3ª. semana do mês de outubro e dá outras providências."***


O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Maria Imaculada Dutra Dornelas, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído no Calendário Oficial do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, o evento Festa das Crianças no Bairro Engenho da Serra a ser realizada anualmente na 3ª. semana do mês de outubro.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei se darão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Manhuaçu/MG, 02 de outubro de 2025.

  
**Vereador Kelson Santos**  
**Autor do Projeto de Lei**



# Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros  
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740

## JUSTIFICATIVA:

Manhuaçu/MG, 02 de outubro de 2025.

Exma Sra. Presidente  
Nobres pares:

Ao saudar os ilustres membros do Poder Legislativo Municipal, tomo a liberdade, dentro das prerrogativas outorgadas enquanto Vereador à Câmara Municipal de Manhuaçu/MG, de encaminhar à elevada apreciação dessa Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, nos termos regimentais, que tem como escopo a instituição no Calendário Oficial do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais o evento Festa das Crianças no Bairro Engenho da Serra a ser realizada anualmente na 3ª. semana de outubro.

O Projeto de Lei em questão visa incluir a "Festa das Crianças no Bairro Engenho da Serra" no Calendário Oficial do Município de Manhuaçu, a ser celebrada anualmente na terceira semana de outubro.

A matéria objeto do Projeto de Lei, que busca instituir um evento festivo no calendário oficial do município, insere-se na esfera de interesse local.

Conforme o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, é competência dos municípios **"legislar sobre assuntos de interesse local"**.

A promoção de eventos culturais e sociais que visem ao bem-estar da comunidade local, como uma **"Festa das Crianças"**, alinha-se a essa prerrogativa constitucional.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 30, que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

A organização de eventos culturais e sociais, como a **"Festa das Crianças"**, enquadra-se nessa competência, pois visa promover a cultura e o bem-estar da comunidade local.

Portanto, sob o aspecto da competência legislativa, o Projeto de Lei é admissível.

O Vereador na qualidade de membro do Poder Legislativo Municipal, possui legitimidade para propor o presente Projeto de Lei. A Lei Orgânica Municipal prevê que a iniciativa de projetos de lei pode ser exercida por qualquer vereador.

A Constituição Federal, em seu artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "b", estabelece a **iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo** para leis que disponham sobre a organização administrativa e orçamentária, bem como sobre a criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública.





# Câmara Municipal de Manhauçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros  
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740

Projetos de lei de autoria parlamentar que **criam despesas ou aumentam as já existentes, sem a devida indicação da fonte de custeio ou que impliquem interferência na gestão orçamentária do Executivo, podem incorrer em vício de iniciativa.**

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal(STF) tem se posicionado no sentido de que a iniciativa parlamentar para projetos que **gerem despesas é admitida, desde que não interfiram na organização administrativa do Poder Executivo ou na estruturação de seus órgãos e servidores, e que não demandem a criação de novas dotações orçamentárias sem a previsão legal e a disponibilidade financeira.**

Como se vê o Projeto de Lei apenas insere no calendário de eventos do município de Manhauçu, referida festa, que poderá ser ou não executada pelo município, a depender da discricionariedade do Chefe do Poder, existirem dotações específicas, dentre outras exigências legais.

A grande questão do "**VÍCIO DE INICIATIVA**" em matérias orçamentárias **surge quando o PODER LEGISLATIVO CRIA UMA NOVA DESPESA SEM A CORRESPONDENTE INDICAÇÃO DE FONTE DE CUSTEIO OU SEM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, impondo ao Executivo uma obrigação financeira que não partiu de sua iniciativa.**

Como visto, no caso em apreço isso não existe, pois a norma apenas insere no calendário oficial do município referido evento.

Em que pese o presente Projeto de Lei não criar obrigações ao Poder Executivo, temos que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendimento consolidado de que a atuação do Legislativo na proposição de leis, ainda que gerem despesas é válida, desde que não invada a competência privativa do Executivo em relação à sua **estrutura administrativa ou ao regime jurídico de seus servidores.**

Em decisão de repercussão geral (RE 878.911/RJ), o STF afirmou: "***Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.***"

Com estas justificativas é apresentado à valiosa apreciação de Vossas Excelências, onde ao final requer seja a propositura aprovada.

Atenciosamente

  
VEREADOR KELSON SANTOS  
AUTOR DO PROJETO DE LEI